

Prova de Auditoria Transpetro comentada.

Olá pessoal!

Seguem comentários da prova de **Auditoria, Controles e Governança da Transpetro**, aplicada em 12/06, pela banca Cesgranrio. Espero que tenham feito uma boa prova.

A prova foi relativamente tranquila, privilegiando os conceitos básicos da disciplina. Algumas questões literais, outras que poderiam ter sido resolvidas com o conhecimento da base conceitual da disciplina, mas na maioria das vezes sem dificuldades.

Atenção para as possibilidades de recursos.

1) Entendo que a **questão 52** exigiu conhecimento de **tema que não constava do edital** (continuidade operacional), motivo pelo qual não poderia ter sido cobrado no certame, e deve ser anulada. **Recurso neles!**

2) Já a **questão 45** trouxe um **entendimento doutrinário que pode ser confrontado pelas normas** de auditoria, motivo pelo qual também deveria ser anulada. Prova de concurso não é lugar para polêmica. **Recurso neles!**

Como sempre, permaneço à disposição para quaisquer dúvidas adicionais pelo email claudenirbrito@gmail.com ou podem me enviar uma mensagem:



(61) 98104-2123

Para aqueles que ainda estarão na luta, estamos com diversos **cursos específicos** no site do Estratégia:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorProfessor/claudenir-brito-500/>

Abrços e bons estudos.

Claudenir

45 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) As classes de auditoria variam de acordo com o tratamento que se dá ao objeto da auditoria. Uma das classificações dos trabalhos de auditoria se refere à forma de intervenção, que pode ser interna ou externa. A partir do entendimento dos objetivos de cada uma dessas classes de trabalho de auditoria,

(A) o trabalho do auditor é dirigido para assegurar que o sistema contábil e de controle operacional funcionem eficientemente, tanto na auditoria interna quanto na externa.

(B) os escopos do trabalho da auditoria interna e da auditoria externa são definidos por normas que regem os trabalhos de auditoria.

(C) os trabalhos de auditoria interna e de auditoria externa são realizados, em geral, por métodos idênticos.

(D) a auditoria interna realiza um trabalho com processo analítico, enquanto a auditoria externa executa um trabalho sintético.

(E) as bases sobre as quais os exames de auditoria interna e de auditoria externa se assentam são diferentes.

Comentários:

Alguns autores entendem que os trabalhos de auditoria interna e de auditoria externa são realizados por métodos idênticos.

Entretanto, ainda que a banca tenha amparo doutrinário para manter o gabarito, devo entender que vá considerar a alternativa C como correta, devo discordar da banca neste caso, em vista das diferenças de procedimentos apontados pelas normas de Auditoria Interna (NBC TI 01) e de Auditoria Independente (NBC TA 500).

As demais alternativas também estão incorretas, motivo pelo qual entendo pela anulação da questão.

Gabarito: C

46 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) A NBC TA 705 trata da responsabilidade do auditor de emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que, ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conclui que é necessário emitir uma opinião modificada sobre essas demonstrações contábeis. De acordo com essa norma, constitui elemento que conduz à emissão de opinião com ressalva a

(A) impossibilidade de obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente devido a uma limitação imposta pela administração depois da aceitação do trabalho pelo auditor.

(B) conclusão de que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis, poderiam ser relevantes e generalizados, independentemente da obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre as incertezas.

(C) não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para o auditor suportar sua opinião, mas capaz de levá-lo à conclusão de que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis, poderiam ser relevantes e generalizados.

(D) não obtenção de evidência apropriada e suficiente de auditoria para o auditor suportar sua opinião, mas capaz de levá-lo à conclusão de que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.

(E) obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente, e conclusão de que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.

Comentários:

Vamos identificar os erros de cada alternativa:

A – opinião com ressalva ou abstenção de opinião. Neste caso, o auditor deveria ter identificado distorções relevantes nas demonstrações; se considerá-las generalizadas, abstenção de opinião, mas se considerá-las não generalizadas, opinião com ressalva.

B – a modificação de opinião na emissão do Relatório do auditor independente deve ser suportada por evidências apropriadas e em quantidade suficiente.

C – abstenção de opinião, segundo o disposto na NBC TA 705.

D – **opinião com ressalva**, segundo o disposto na NBC TA 705, expressa quando:

“(a) ele, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as **distorções**, individualmente ou em conjunto, são **relevantes, mas não generalizadas** nas demonstrações contábeis; ou

(b) ele **não consegue obter evidência** apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas ele **conclui que** os possíveis efeitos de **distorções não detectadas**, se houver, sobre as demonstrações contábeis **poderiam ser relevantes**, mas **não generalizados**”.

(grifei)

E – opinião adversa, segundo o disposto na NBC TA 705: “O auditor deve expressar uma **opinião adversa** quando, **tendo** obtido **evidência** de auditoria apropriada e suficiente, **conclui** que as **distorções**, individualmente ou em conjunto, **são relevantes e generalizadas** para as demonstrações contábeis.” (grifei)

Gabarito: D

47 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) No âmbito da administração pública, considera-se que a finalidade básica da auditoria é comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados. Porém, em decorrência de peculiaridades, alguns procedimentos específicos de auditoria podem ser requeridos. Considere-se um contexto em que o objetivo da auditoria é avaliar ações gerenciais e procedimentos relacionados aos programas de governo, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando

auxiliar a administração na gerência e nos resultados. Nesse caso, recomenda-se uma auditoria

- (A) de acompanhamento da gestão
- (B) de avaliação da gestão
- (C) descentralizada
- (D) especial
- (E) operacional

Comentários:

A **auditoria operacional** consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, procurando **auxiliar a administração na gerência e nos resultados**, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos, o que torna a alternativa E correta.

A classificação constante da questão está disposta na norma que disciplina as atividades de auditoria no Poder Executivo Federal, a Instrução Normativa SFC/MF nº 01, de 06 de abril de 2001, que define “diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal”.

Gabarito: E

48 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) Uma equipe de auditores estava discutindo as diretrizes para implantação da auditoria interna em uma organização. Um dos pontos da discussão foi em qual documento deve estar definida a posição da atividade de auditoria interna dentro da organização, que inclui diretrizes como a natureza da relação funcional do executivo chefe de auditoria com o conselho, o acesso a registros relevantes ao desempenho do trabalho de auditoria e o escopo das atividades de auditoria interna. De acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Interna, essas diretrizes devem constar no(a)

- (A) código de ética
- (B) estatuto da organização
- (C) estatuto de auditoria interna
- (D) manual de normas e procedimentos padrão
- (E) plano de trabalho da auditoria interna

Comentários:

De acordo com as normas de auditoria do IIA (*The Institute of Internal Auditors* – IIA) – item 1000 – Propósito, Autoridade e Responsabilidade – o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna **devem ser formalmente definidos** em um **regulamento ou estatuto** (charter), consistente com as Normas e aprovado pelo Conselho de Administração.

Gabarito: C

49 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) Uma entidade da administração pública indireta avaliou as opções de prestação de serviços de assistência médica a seus colaboradores. A opção considerada inicialmente seria a de criar um departamento para

gerir as contribuições recebidas e o acesso aos profissionais e estabelecimentos de saúde. Porém, a essa medida estão associados alguns riscos de grande probabilidade e médio impacto. Assim, a entidade considerou a opção de contratar um plano de saúde para gerir o acesso dos seus colaboradores aos profissionais e estabelecimentos de saúde. Essa opção considerada constitui uma resposta aos riscos identificados referente a

- (A) aceitar os riscos
- (B) compartilhar os riscos
- (C) evitar os riscos
- (D) gerenciar os riscos
- (E) reduzir os riscos

Comentários:

Para cada risco identificado, será prevista uma resposta, que pode ser de 4 tipos: **evitar, aceitar, compartilhar** ou **reduzir**.

De acordo com o COSO (2007), "Evitar" sugere que nenhuma opção de resposta tenha sido identificada para reduzir o impacto e a probabilidade a um nível aceitável. "Reduzir" ou "**Compartilhar**" **reduzem o risco residual a um nível compatível com as tolerâncias desejadas ao risco**, enquanto "Aceitar" indica que o risco inerente já esteja dentro das tolerâncias ao risco.

Gabarito: B

50 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) As Normas Internacionais de Auditoria Interna, emitidas pelo *The Institute of Internal Auditors*, orientam que o executivo chefe de auditoria deve desenvolver e manter um programa de avaliação da qualidade e da melhoria que compreenda todos os aspectos da atividade de auditoria interna. Dentre as disposições das normas acerca da avaliação da qualidade da auditoria interna, identifica-se que

- (A) todos os membros de uma equipe de avaliação devem possuir todas as competências para a realização do trabalho.
- (B) uma avaliação externa pode ser uma autoavaliação com validação externa independente.
- (C) a definição da qualificação e independência do avaliador externo pelo executivo chefe de auditoria prejudica a avaliação.
- (D) o programa de avaliação da qualidade e melhoria tem foco em avaliações externas.
- (E) as avaliações externas devem ser realizadas anualmente.

Comentários:

Questão bastante difícil, tendo em vista a cobrança da interpretação do IIA em relação ao disposto nas normas.

Este programa de garantia da qualidade e de melhoria da auditoria interna inclui avaliações periódicas, internas e externas, da qualidade e a monitoração interna contínua.

De acordo com as normas do IIA, as **avaliações externas**, tais como as revisões de qualidade do trabalho de auditoria, devem ser conduzidas ao menos uma vez a cada cinco anos por

- revisor qualificado e independente; ou
- equipe de revisão externa à organização.

Segundo a interpretação do IIA, as avaliações externas podem ser realizadas por meio de:

- uma avaliação externa completa; ou
- uma autoavaliação com validação externa independente.

Vamos aos erros das demais alternativas:

A – o importante é que a equipe possua as competências necessárias, mas não necessariamente todos os auditores possuirão todas as competências, o que seria quase impossível.

C – de acordo com as normas do IIA, o **executivo chefe** de auditoria deve **discutir com o conselho** a forma e a frequência da avaliação externa e **a qualificação e independência** do avaliador externo, ou equipe de avaliação, incluindo qualquer potencial conflito de interesses. Portanto, essa definição não prejudica a avaliação, se tratando de imposição da norma.

D – não existe esse foco nas avaliações externas, já que o Programa inclui avaliações internas.

E – as avaliações externas, tais como as revisões de qualidade do trabalho de auditoria, devem ser conduzidas ao menos **uma vez a cada cinco anos**.

Gabarito: B

51 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) Durante um trabalho de auditoria, um auditor detectou indícios de incompatibilidade de alguns dados que estavam sendo examinados a partir de duas fontes diferentes da organização. Nessa situação, o auditor deverá executar uma técnica de auditoria que possa verificar a consistência mútua entre diferentes amostras de evidências. Essa técnica é denominada

- (A) análise documental
- (B) confirmação externa
- (C) correlação das informações
- (D) exame dos registros
- (E) rastreamento

Comentários:

A técnica de auditoria que representa o “cotejamento de informações obtidas de fontes independentes, autônomas e distintas, no interior da própria organização” é a **correlação das informações obtidas**. Essa técnica procura a consistência mútua entre diferentes amostras de evidência, como no caso apresentado na questão.

Gabarito: C

52 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) A evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às

conclusões em que se fundamenta a sua opinião. Um dos tipos de evidência refere-se à continuidade da entidade auditada. Para fins de avaliação de evidência de auditoria, uma indicação, de caráter operacional, de que a continuidade da entidade pode estar em risco, é a seguinte:

- (A) a incapacidade de obter financiamentos para desenvolvimento de novos negócios.
- (B) a perda de licença, mercado importante ou financiador estratégico.
- (C) as contingências ou processos legais pendentes contra a entidade que resultem em obrigações de impactos relevantes.
- (D) o descumprimento de exigências de capital mínimo ou de outras exigências regulamentares.
- (E) os prejuízos operacionais substanciais de forma continuada.

Comentários:

A norma de auditoria que trata da continuidade da entidade auditada é a NBC TA 570 – Continuidade Operacional, e segundo consta de seu texto, um exemplo de evento ou condição (operacional) que, individual ou coletivamente, podem levantar dúvida significativa quanto ao pressuposto de continuidade operacional é a “**perda de mercado importante**, clientes importantes, franquia, **licença**, ou principais fornecedores”. (grifei)

Entretanto, o tema “continuidade operacional” não consta do edital, motivo pelo qual não poderia ter sido cobrado no certame, e a questão 52 deve ser anulada.

Gabarito: B

53 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) A natureza e a extensão das atividades de planejamento de auditoria variam conforme o porte e a complexidade da entidade auditada. Um fator a ser considerado é que a fase do planejamento

- (A) constitui um processo sem influência na determinação dos testes substantivos.
- (B) deve ser realizada antes da avaliação dos controles internos.
- (C) se estende até a conclusão do trabalho de auditoria.
- (D) corresponde a um processo que é concluído com o início dos procedimentos da auditoria.
- (E) tem foco primordial na avaliação de riscos.

Comentários:

Questão muito simples, que nossos alunos devem ter acertado com facilidade, pois deixamos bem claro em nossas aulas que, embora denominemos o planejamento como a “primeira fase” da auditoria, devemos entender que se trata de atividade contínua, pois ao longo do processo poderão surgir situações que obriguem a equipe a alterar o que foi planejado, adaptando-se à nova realidade.

Ou seja, o planejamento se estende até a conclusão do trabalho de auditoria.

Gabarito: C

54 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) Um elemento que deve ser considerado tanto no planejamento quanto na execução dos procedimentos da auditoria é a materialidade, mas esta constitui um elemento subjetivo, concebido a partir de julgamento profissional. Para exercer esse julgamento, alguns referenciais devem ser considerados. Há vários fatores que podem afetar a identificação de um referencial para determinar a materialidade para as demonstrações contábeis. O seguinte fator **NÃO** afeta tal identificação:

- (A) conclusões de trabalhos de auditoria anteriores.
- (B) elementos das demonstrações contábeis.
- (C) estrutura de financiamento da entidade.
- (D) ambiente econômico em que atua.
- (E) fase do ciclo de vida da entidade.

Comentários:

Questão literal, semelhante a uma questão de um concurso da FGV em 2014 (CGE-MA).

De acordo com o disposto no item A3 da NBC TA 320, “os fatores que podem afetar a identificação de referencial apropriado incluem:

- (a) os **elementos das demonstrações contábeis** (por exemplo, ativo, passivo, patrimônio líquido, receita, despesa);
- (b) se há itens que tendem a atrair a atenção dos usuários das demonstrações contábeis da entidade específica (por exemplo, com o objetivo de avaliar o desempenho das operações, os usuários tendem a focar sua atenção em lucro, receita ou patrimônio líquido);
- (c) a natureza da entidade, a **fase do seu ciclo de vida**, o seu setor e o **ambiente econômico em que atua**;
- (d) a estrutura societária da entidade e **como ela é financiada** (por exemplo, se a entidade é financiada somente por dívida em vez de capital próprio, os usuários dão mais importância a informações sobre os ativos, e processos que os envolvam, do que nos resultados da entidade); e
- (e) a volatilidade relativa do referencial.” (Grifamos)

Gabarito: A

55 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) Testes de controle são procedimentos de auditoria planejados para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou na detecção e na correção de distorções relevantes no nível de afirmações. Um procedimento relacionado à detecção de distorções é a

- (A) segregação de funções
- (B) normatização interna
- (C) definição de alçadas
- (D) conciliação de contas
- (E) autorização para custódia

Comentários:

Questão simples para quem estudou os procedimentos de auditoria e percebeu que a única alternativa que representa um dos procedimentos é a de letra D (conciliação).

As demais estão relacionadas a controles internos da entidade.

Gabarito: D

56 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) A Estrutura Integrada de Controle Interno proposta pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* apresenta três categorias de objetivos, o que permite às organizações concentrarem-se em diferentes aspectos do controle interno. Os objetivos relacionados à eficácia e à eficiência das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho e a salvaguarda de perdas de ativos, referem-se à categoria

- (A) de avaliação
- (B) de divulgação
- (C) de conformidade
- (D) estratégica
- (E) operacional

Comentários:

Mais uma questão direta desta prova da Transpetro. O conhecimento necessário para resolvê-la foi sobre quais as categorias de objetivos constantes da primeira edição do COSO, que, conforme já vimos, são os seguintes:

- 1 – **eficácia e eficiência das operações - operacional;**
- 2 – confiabilidade dos relatórios financeiros – de divulgação; e
- 3 – conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis – de conformidade.

Gabarito: E

57 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) Na implementação de um sistema de controle interno, um dos primeiros elementos a ser considerado deve ser a avaliação do ambiente de controle. A forma pela qual a administração de uma entidade atribui alçadas e responsabilidades é uma das características do ambiente de controle. Desse modo, a atribuição de alçada e responsabilidade

- (A) deve ser deslocada para o nível de autoridade mais alto para trazer o processo decisório ao pessoal da linha de frente.
- (B) inclui até que ponto pessoas e equipes estão autorizadas e são incentivadas a solucionar problemas, bem como os limites dessa autoridade.
- (C) não deve ser adotada quando a entidade visa a tornar-se mais orientada ao mercado e concentrada na qualidade.
- (D) necessita de enxugamento da estrutura organizacional para sua adoção.
- (E) requer menos monitoramento em decorrência das responsabilidades individuais.

Comentários:

As atribuições dos funcionários, setores e departamentos internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização.

Há duas atividades de controles relacionadas à atribuição de responsabilidades: **alçadas e autorizações**.

Limites de alçadas (e responsabilidade) são os valores considerados como possíveis para a decisão de determinado nível hierárquico dentro da organização. Ou seja, é **até quanto** o funcionário pode decidir.

Gabarito: B

58 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) A Cia. Alfa atua no ramo de varejo e lançou uma campanha de *marketing* com o objetivo de incrementar as vendas no segmento de bombons e chocolates finos, de alto padrão, que foram iniciadas no mês de janeiro. Nesse novo segmento de vendas, a Cia. Alfa elaborou um orçamento com metas de vendas para alcançar o lucro pretendido com o segmento. As atividades de controle mais adequadas para acompanhar o comportamento dos objetivos e metas orçados para esse novo segmento de vendas da Cia. Alfa são:

- (A) administração funcional direta e processamento da informação
- (B) indicadores de desempenho e segregação de funções
- (C) indicadores de desempenho e processamento da informação
- (D) revisões da alta direção e administração funcional direta
- (E) revisões da alta direção e processamento da informação

Comentários:

Segundo o COSO, as atividades de controle a seguir estão apresentadas apenas para ilustrar a gama e a variedade de atividades de controle, não para sugerir qualquer classificação especial.

a) Revisões da Alta Direção – a alta direção **compara o desempenho atual em relação ao orçado**, às previsões, aos períodos anteriores e aos de concorrentes. A implementação de planos é monitorada no caso de desenvolvimento de novos produtos, joint ventures ou novos financiamentos.

b) Administração Funcional Direta ou de Atividade – gerentes, no exercício de suas funções ou atividades **examinam relatórios de desempenho**.

c) Processamento da Informação – uma variedade de controles é realizada para verificar a precisão, a integridade e a autorização das transações. Os dados inseridos ficam sujeitos a verificações de edição online ou à combinação com arquivos aprovados de controle. O desenvolvimento de novos sistemas e as mudanças nos já existentes são controlados da mesma forma que o acesso a dados, arquivos e programas.

d) Controles Físicos – os equipamentos, estoques, títulos,

dinheiro e outros bens são protegidos fisicamente, contados periodicamente e comparados com os valores apresentados nos registros de controle.

e) Indicadores de Desempenho – relacionar diferentes conjuntos de dados, sejam eles operacionais ou financeiros, em conjunto com a realização de análises dos relacionamentos e das medidas de investigação e correção, funciona como uma atividade de controle. Ao investigar resultados inesperados ou tendências incomuns, a administração poderá identificar circunstâncias nas quais a falta de capacidade para concluir processos fundamentais pode significar menor probabilidade dos objetivos serem alcançados.

f) Segregação de funções – como já vimos, as obrigações devem ser atribuídas ou divididas entre pessoas diferentes com a finalidade de reduzir o risco de erro ou de fraude.

Comparando as atividades de controle elencadas com o caso concreto trazido pela banca, podemos concluir que as mais adequadas são as revisões da alta direção e a administração funcional direta.

A e E – Processamento da Informação estaria mais relacionado à precisão, à integridade e à autorização das transações.

B e C – Indicadores de Desempenho estão relacionados a diferentes conjunto de dados e à análise de relacionamentos e medidas de investigação e correção.

Gabarito: D

59 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) A Lei Sarbanes-Oxley (SOX) é um tipo de lei de responsabilidade fiscal que regulamenta os padrões de governança corporativa para algumas organizações empresariais, promovendo

(A) criação de códigos de ética em todas as empresas da economia brasileira e mundial.

(B) disputa interna nas empresas de capital 100% brasileiro, com consequente desestabilização das normas empresariais.

(C) privatizações em larga escala e perda do foco principal, que seria o acesso a novos mercados.

(D) redução do nível de atividade econômica nos países e demissão em massa em empresas de capital fechado.

(E) reforma dos níveis de prestação de contas e de transparência de empresas que têm ações negociadas nas bolsas de valores dos EUA.

Comentários:

Como vimos em nossas aulas, para Andrade e Rossetti (2011), a **Lei Sarbanes-Oxley** promoveu ampla **regulação da vida corporativa**, fundamentada nas **boas práticas de governança**.

Seu **foco** foram os quatro **valores** que vinham sendo enfatizados pelo ativismo pioneiro da governança: conformidade legal, **dever de prestar contas**, **transparência** e equidade (*compliance, accountability,*

disclosure e fairness). Justamente os princípios básicos de governança corporativa.

Gabarito: E

60 (CESGRANRIO/TRANSPETRO/2016) Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18163>>. Acesso em: 2 maio 2016. O texto acima trata de um dos princípios básicos da governança corporativa, que é o da

- (A) equidade
- (B) transparência
- (C) prestação de contas
- (D) responsabilidade corporativa
- (E) valorização dos acionistas majoritários

Comentários:

A **responsabilidade corporativa** abrange um amplo leque de interesses, e sua base está no fato de que os conselheiros e executivos devem zelar pela **perenidade** das organizações (visão de longo prazo, **sustentabilidade**). Ou seja, como apresentado no enunciado da questão, zelar pela viabilidade (econômico-financeira) das organizações.

É uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atue. Aqui se inserem, ainda, os conceitos de **responsabilidade social e ambiental**, segundo os quais a entidade é responsável pelo desenvolvimento sustentável na sociedade à qual está vinculada.

Gabarito: D



Gabarito:

- | | |
|---------------|---------------|
| 45 – C | 53 – C |
| 46 – D | 54 – A |
| 47 – E | 55 – D |
| 48 – C | 56 – E |
| 49 – B | 57 – B |
| 50 – B | 58 – D |
| 51 – C | 59 – E |
| 52 – B | 60 – D |